

Atrasos do setor público

Dívida
Ext

11 JUL 1989

GAZETA MERCANTIL

por Celso Pinto
de Londres

O Brasil está atrasado, desde meados de maio, em vários pagamentos de juros a bancos credores internacionais.

Os atrasos, confirmados a este jornal por banqueiros credores do Brasil, têm origem em diversos devedores do setor público. Recentemente, segundo um banqueiro, até mesmo estatais de grande porte, como a Eletrobrás, deixaram de pagar os juros em dia.

Os empréstimos envolvidos têm aval da União e o Banco Central (BC) tem o monopólio das operações cambiais — portanto, em última instância, o atraso envolve o País. A explicação que o BC tem dado aos bancos externos que o consultam sobre os atrasos, de todo modo, é que os devedores não estão depositando em dia os cruzados equivalentes ao pagamento dos

juros e, por essa razão, as divisas não estão sendo enviadas.

Os pagamentos que estão em atraso têm origem na parcela da dívida externa vincenda, não depositada no BC. Estima-se, grosso modo, que essa parcela da dívida some algo em torno de US\$ 20 bilhões, ou perto de um terço do que o Brasil deve aos bancos privados. Os juros, nesse caso, são pagos à medida que vencem. O restante da dívida, reestruturado no acordo com os bancos do ano passado, passou a ter pagamento semestral de juros. Haverá, em setembro, uma forte concentração de juros, estimados em US\$ 2,3 bilhões.

Atrasos de pagamentos na parcela da dívida não depositada no BC têm acontecido há bastante tempo. No início deste ano, o Brasil acumulou um montante razoável de atrasos, que só foram liquidados pa-

ra que o Brasil pudesse receber a parcela, prevista no acordo, de US\$ 600 milhões dos bancos privados, no dia 7 de abril. Não haver atrasos no pagamento de juros é uma das precondições para a liberação do dinheiro dos bancos.

Segundo um grande credor do Brasil, o País só ficou corrente no pagamento de juros pouco mais de um mês. A partir de meados de maio voltaram os atrasos. Eles envolvem, principalmente, devedores do setor público com dificuldades financeiras e menores condições de pagar os cruzados equivalentes aos juros externos ao BC. Existem linhas de financiamento do Banco do Brasil (BB) para cobrir esses casos, mas dentro de certos limites.

Nas últimas semanas, bem antes, de todo modo, da decisão de centralização do câmbio, algumas grandes estatais, que, tradicionalmente, pagavam em dia, também começaram a atrasar os juros, caso da Eletrobrás. O BC não honrou os pagamentos alegando não ter recebido o equivalente em cruzados da empresa.

O cerne da explicação dada aos bancos credores pelos atrasos, portanto, é que se trata de um problema orçamentário interno, não de falta de divisas externas. A pelo menos um banqueiro a justificativa parece razoável, já que os atrasos não são generalizados. Só o BC sabe ao certo o montante de juros em atraso.

É claro que, se o Brasil acertar-se com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e habilitar-se a receber outra parcela de dinheiro dos bancos privados, terá de liquidar os atrasos. O que os banqueiros consideram a trajetória

(Continua na página 20)

Atrasos do setor público

GAZETA MERCANTIL

por Celso Pinto
de Londres
(Continuação da 1ª página)

mais provável, contudo, é a oposta: que não seja possível o acordo com o fundo e que os atrasos sejam ampliados, incluindo os US\$ 2,3 bilhões devidos em setembro.

Na verdade existe um certo lapso de tempo entre o início dos atrasos generalizados de pagamentos e os efeitos práticos mais graves sobre os bancos privados. No sistema norte-americano, os empréstimos têm de ser declarados "non performing" três meses depois do não recebimento de juros. Naturalmente, o prazo começa a contar a partir de atrasos generalizados no pagamento de juros, não de casos isolados.

No caso do sistema inglês de regulamentação, existe um sistema de fiscalização trimestral junto aos bancos. A base para a exigência de reservas sobre os

empréstimos é uma matriz que leva em conta uma série de fatores que vão do pagamento em dia dos juros até a existência ou não de um acordo do país envolvido com o FMI. Segundo o jornal Financial Times, o Banco da Inglaterra (banco central) está revendo esta matriz, possivelmente para torná-la mais rigorosa.

A cada trimestre, ao conversar com o Banco da Inglaterra, os bancos têm, eventualmente, de rever seu nível de reservas em relação a empréstimos para um determinado país, conforme os critérios da matriz, a menos que os critérios sejam, de fato, alterados. Possivelmente um efeito prático de atrasos de pagamentos do Brasil só venha a afetar realmente os bancos ingleses no final do ano. Em média, as reservas contra perdas, no caso de empréstimos ao Brasil, têm sido algo entre 30 a 35% do total dos ativos dos bancos credores.